

## **Rio Preto** **Minas Gerais - MG**

### **Histórico**

Os primeiros habitantes de todo o vale do Rio Preto foram os índios Coroados. A região circunscrita à bacia do rio Preto e proximidades de Paraíba do sul deveria possuir, em meados do século XVIII, cerca de 1400 índios, sendo então atual cidade de Marquês de Valença, no Estado do Rio, o principal aldeamento. Por ordens do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, deu-se início, por volta de 1769, a catequese e civilização dos silvícolas do território, sendo o capitão Inácio de Souza Werneck e Padre Manoel Gomes Leal encarregados dessas missões. Os indígenas da região não se apresentaram ferozes aos desbravados brancos, mais medrosos e fugitivos, não deixando, porém de lhes causar temor.

A zona de Rio Preto permaneceu em sertão até 1780, mais ou menos, quando a atração do ouro nos flancos da Mantiqueira, vertentes rio-pretanas, motivou o aparecimento do primitivo arraial do Ouvidor, pois já, em 1798, eram concedidas ao cidadão Miguel Rodrigues da Costa as honras de capitão-mor, sendo a primeira autoridade do lugar e o primeiro a ter a concessão de explorar em Conceição do Monte Alegre (povoado do distrito da cidade) lavras de ouro. O governo da Metrópole, com receios de que o ouro retirado na região se escoasse sem o pagamento de imposto ao fisco, procurava por todos os meios impedir a abertura de caminhos, picadas ou veredas, devendo a produção aurífera passar pela estrada já aberta e patrulhada.

O governo da Província de Minas, D. Rodrigo José de Menezes, foi a figura principal das primeiras investidas nos Campos Gerais de Santa Rita de Ibitiooca. Em 1780, determinava D. Rodrigo a partida para Ibitipoca de um de seus ajudantes de ordens, Francisco Antônio Rabêlo, para “examinar a região e outras matas gerais da Mantiqueira abaixo”, e procurar meios seguros de se impedir extravios de ouro, indagando das pessoas com autorização para lavrar as terras do ouro que haviam descoberto. Várias informações foram coligidas pelo ajudante Rabêlo, dentre elas a de que vários moradores da “Estrada do Rio de Janeiro” haviam feito roças, paióis e aberto caminhos para dentro de sertão proibido, por onde poderia, quem quisesse, passar sem encontrar a patrulha.

Nessa época, o descoberto da serra da Mantiqueira era compreendido sob a denominação de “Áreas Proibidas”, razão pela qual foram incultas e desertas. Severas leis foram ditadas, proibindo a abertura de trilhas cuja falta de cumprimento determinava pesadas penas. O ajudante de ordens asseverava ainda que o meio mais eficaz para neutralizar os extravios seria uma estrada nas margens setentrionais do rio Preto, a que geralmente chamavam Paraibuna, divisor das Capitânicas de Minas e Rio de Janeiro. Em 19 de julho de 1781, D. Rodrigo José de Menezes expediu instruções ao Comandante do Destacamento do Caminho Novo, alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, pelas quais deveria se reger.

Em 26 de setembro desse mesmo ano, Tiradentes dava conta ao Governador da capitania de suas atividades, sobre a fundação de “Caminho Menezes”, e da vigilância sobre as margens do rio Preto. Grande número de habitantes, a essa altura, vivia naquela paragens, tornando-se necessária a distribuição de terras.

Mais tarde, quando Governador das Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde estabeleceu definitivamente o Registro de Rio Preto, criado ainda por D. Diogo de Menezes, em torno do qual se foi fazendo o povoado. Até 1800, o lugar foi conhecido pelo povo como “A Passagem de Rio Preto – Aplicação de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca – Comarca do Rio das Mortes”, sendo guarda-mor Francisco Dionísio Fortes. Esse guarda-mor, o primeiro do registro de Rio Preto, muito se interessou e fez pelo progresso da terra em que passou a residir. Por decisão imperial de 1824, era providenciada a abertura de uma estrada desde “Presídio de Rio Preto” até entrar na comarca de São João del-Rei. Em 14 de julho de 1832, por Decreto da Regência, foi o curato de Nosso Senhor dos Passos de Rio Preto do Presídio elevado à paróquia.

Um campanário simples, erguido no morro do Beato, dominava a praça central da povoação. Viu Francisco Dionísio Fortes realizada, em 1844, uma das suas maiores aspirações – a elevação de Rio Preto à vila -, o levantamento do Pelourinho, símbolo da emancipação político-administrativa do arraial. Devido às injunções políticas, foi a vila de Rio Preto suprimida em 1846, porém restaurada em 1850. Extinta, novamente, em 1854, foi reinstituída vila em 1857, com os Fortes, família numerosa e de muito prestígio junto à Corte, tudo fazendo para o progresso de Rio Preto.

Francisco Tereziano Fortes, filho do guarda-mor Francisco Dionísio Fortes, herdeiro de grandes haveres e possuidor de bela fortuna, legou, em testamento, certa importância e determinada quantidade de arrobas de café para a construção de um novo templo. Seus herdeiros, cumprindo suas últimas vontades, começaram a construir na praça central da vila a nova igreja Matriz, cuja inauguração ocorreu a 26 de setembro de 1860. Com esta obra, Dona Maria Tereza de Souza Fortes, baronesa de Monte Verde, viúva de Tereziano Fortes, despendeu a importância de 200 contos de réis.

Em 1863, com o assassinato do português Manoel Pereira da Silva Júnior, Chefe local do Partido Liberal, nas proximidades da fazenda Santa Clara, de propriedade dos Fortes, líderes do Partido Conservador, e a campanha difamatória elaborada pela imprensa, foi feita uma devassa pelo Governo da Província, a mando do Paço Imperial, no seio da família Fortes, o que motivou a retirada e a fuga de vários membros da importante família, ficando em Rio Preto somente a baronesa de Monte Verde, mais tarde viscondessa, e no Estado do Rio, na Fazenda Fernando, Carlos Teodoro de Souza Fortes, barão de Santa Clara. Em consequência dos fatos acima narrados, foi a sede do município de Rio Preto transferida, em 1864, da Vila de Rio Preto para a povoação de Nossa Senhora do Porto Turvo.

Seis anos depois, quando os ódios político-partidários já haviam desaparecido e os rio-pretanos comungavam de um mesmo ideal, foi definitivamente reinstituído o município de Rio Preto, e a elevação da vila à categoria de cidade em 1871. Em 1892, com a inauguração da linha férrea, cujos trilhos atingiram a cidade, um surto de progresso pairou sobre Rio Preto. Com a vitória dos republicanos, o Dr. Davi Campista, então intendente municipal, passou a melhorar as condições da cidade. Depois de Campista, outro elemento de escol passou a orientar os destinos de Rio Preto – Gastão Cunha.

Sob sua influência e orientação, se fundou a Santa Casa da Misericórdia. Com o aparecimento, em 1902, de “O Vigilante”, sob a direção de Adolfo Hermógenes Novais Garcia, surge a imprensa em Rio Preto. Em 12 de dezembro de 1917, são feitas experiências de luz elétrica na cidade. De 1918 para cá, vários melhoramentos foram introduzidos no município, e Rio Preto, fundado sob o ciclo do ouro, teve depois no café e na cana-de-açúcar o seu principal fator econômico. Na época atual sobressai nitidamente a pecuária, com o desprestígio das culturas em geral, acusando um êxodo e queda da população rural, com pequeno incremento na cidade.

## **Gentílico: riopretano**

### **Formação Administrativa**

Freguesia criado com a denominação de Presídio do Rio Preto, pelo decreto de 14-07-1833, ratificado pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevado à categoria de município com a denominação de Nossa Senhora Passos do Rio Preto, pela lei provincial nº 271, de 15-04-1844. Sede na Povoação de Presídio do Rio Preto.

Pelas leis provinciais nº 285, de 12-03-1846 e nº 665, de 27-04-1854, a vila foi extinta.

Pela lei provincial nº 1191, de 27-07-1864, transfere a Sede da Vila de Rio Preto para o município de Porto do Turvo.

Elevado novamente à categoria de Vila com a denominação de Rio Preto, por leis provinciais nº 472, de 31-05-1850 e de nº 835, de 11-07-1857 e Lei 1644, de 13-09-1870,

desmembrado do município de de Turvo. Sede na Vila de Rio Preto. Constituído do distrito sede. Reinstalado em 22-07-1871.

Elevado à condição de Cidade, por lei provincial nº 1781, de 21-09-1871.

Pela lei provincial nº 976, de 02-06-1859, pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santa Rita de Jacutinga e anexado ao município de Rio Preto.

Pela lei provincial nº 1907, de 19-07-1892, são criados os distritos de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, Olaria e São Sebastião da Tabuão e anexado ao município de Rio Preto.

Pela lei provincial nº 817, de 04-07-1857, e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Santa Bárbara do Monte Verde e anexado ao município de Rio Preto.

Pela lei provincial nº 3274, de 30-10-1884 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Barreado e anexado ao município de Rio Preto.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 7 distritos: Rio Preto, Jacutinga (ex-Santa Rita de Jacutinga), Conceição do Boqueirão, Tabuão, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde e Barreado.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, transfere o distrito de Santo Antônio da Olaria (ex-Olaria) deixa de pertencer ao município de Rio Preto para ser anexado ao de Lima Duarte.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 6 distritos: Rio Preto, Boqueirão do Rio Preto (ex-Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão), Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Jacutinga (ex-Jacutinga), São Sebastião do Barreado (ex-Barreado) e Tabuão.

Assim permanecendo em Ddivisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, o distrito de Tabuão deixa de pertencer ao município de Rio Preto para ser anexado ao de Bom Jardim.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Rio Preto, Boqueirão (ex-Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão), Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Jacutinga e São Sebastião do Barreado.

Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, desmembra do município de Rio Preto os distritos de Santa Rita de Jacutinga e Itaboca (ex-Boqueirão), para formar o novo município de Santa Rita de Jacutinga.

Em divisão territorial datada de I-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde e São Sebastião do Barreado.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 12030, de 21-12-1995, desmembra do município de Rio Preto os distritos de Santa Bárbara do Monte Verde e São Sebastião do Barreado, para formar o novo município de Santa Bárbara do Monte Verde.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

**Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXVII ano 1959.**